

## União desiste de conselho da Eletrobras

Por Daniel Rittner e Murillo Camarotto | De Brasília

A equipe econômica venceu uma queda de braço no governo e conseguiu mexer em um ponto sensível do projeto de lei que autorizará a privatização da Eletrobras. Por pressão do Ministério da Fazenda, que bateu de frente com as orientações dadas inicialmente pelo Palácio do Planalto, ficou fora do arranjo final um artigo que mantinha como prerrogativa da União indicar o futuro presidente do conselho de administração da empresa - mesmo depois da transferência do controle societário para a iniciativa privada.

Para a Fazenda, isso poderia ser interpretado pelo mercado como uma tentativa de interferência na companhia e tirar valor da operação. O texto definitivo do projeto de lei, que recebia ontem a assinatura eletrônica de todos os ministros envolvidos, resguarda para a União o direito de indicar apenas um dos 11 futuros integrantes do conselho. Caberá aos próprios conselheiros eleger o presidente do colegiado.

O texto anterior foi redigido com base nas orientações do próprio presidente Michel Temer, em novembro, após reunião de diversos ministros no Planalto.

O envio do projeto de lei ao Congresso Nacional depende ainda de assinatura de Temer. Como revelou o Valor na semana passada, ele foi aconselhado por auxiliares a esperar o resultado de julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) para uma ação judicial que tramita desde 2015 sobre o déficit de geração das usinas hidrelétricas, por causa de anos seguidos de estiagem e a queda no volume de seus reservatórios.

Já houve sinal verde dos ministérios de Minas e Energia, da Fazenda e do Planejamento ao texto final. Divergências em torno do montante de recursos destinados à revitalização do rio São Francisco já foram contornadas: haverá pagamento anual de R\$ 350 milhões nos primeiros 15 anos dos novos contratos de concessão das usinas que hoje operam no regime de cotas; do 16º ao 30º ano, o valor cairá para R\$ 250 milhões.

Com um investimento total de R\$ 9 bilhões em ações de recuperação da bacia hidrográfica do São Francisco, pelas próximas três décadas, o governo pretende reverter o humor desfavorável à privatização em boa parte das bancadas nordestina e mineira no Congresso Nacional. Duas frentes parlamentares em defesa da Chesf e de Furnas, tradicionais feudos de indicações políticas, foram criadas recentemente.

Em outro gesto, destinado às bancadas de Minas Gerais e do Pará, Temer deve sancionar o aumento dos royalties da mineração. A medida provisória que tratava do assunto foi alterada durante sua tramitação e estabeleceu a cobrança de uma alíquota fixa de 3,5% sobre o minério de ferro, que desagradou às empresas. Com a sanção, o presidente quer o apoio não apenas para o projeto da Eletrobras, mas para a proposta de reforma da Previdência.

A resistência na Câmara dos Deputados à privatização da Eletrobras subiu nas últimas semanas, segundo monitoramento feito pelo governo. O plano de transferir o controle da companhia à iniciativa privada sofria a rejeição de 43,6% dos deputados, conforme sondagem feita nos dias 28 e 29 de novembro pelo Instituto FSB Pesquisa, que consultou 226 parlamentares de 25 partidos - obedecendo à proporcionalidade de cada bancada.

Isso significa um aumento superior a dez pontos percentuais na desaprovação ao plano, cujo índice era de 32,4% no fim de outubro, de acordo com levantamento semelhante. A FSB Pesquisa foi contratada pela própria Eletrobras.

Entre as duas pesquisas, o apoio à privatização caiu de 55,4% para 52,7%. No entanto, esse índice sobe para 60,4% em um cenário em que o governo adota uma "golden share"





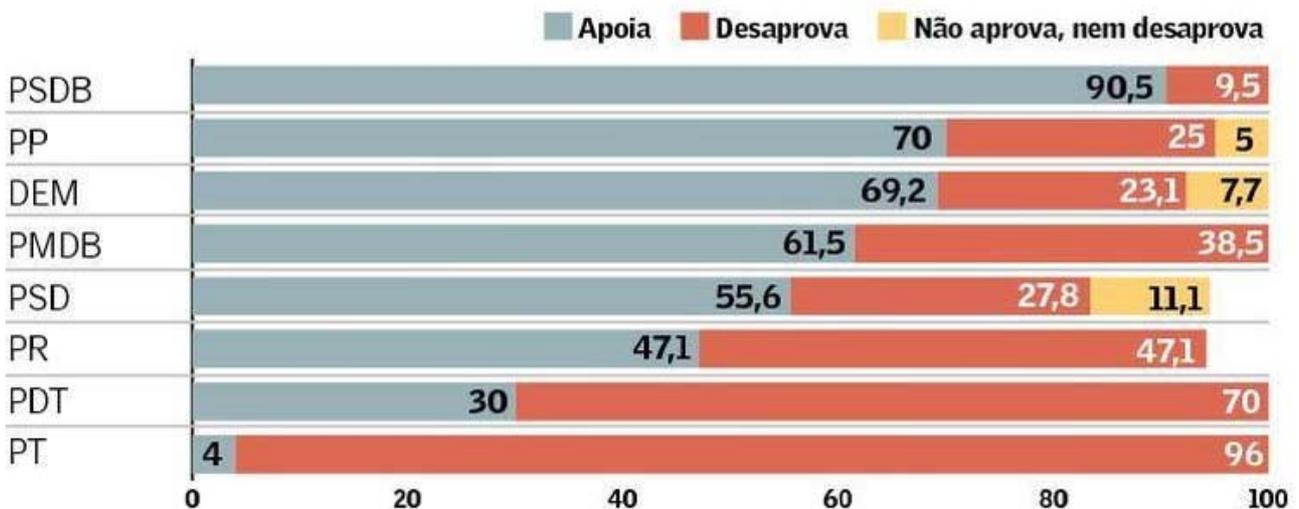
na transferência de controle. Uma ação de classe especial garantiria direito a veto do governo em decisões da empresa consideradas estratégicas. O projeto precisa de maioria simples na Câmara e no Senado.

O maior percentual de apoio à privatização está no PSDB (90,5%).

Depois estão o PP (70%) e o DEM (69,2%). No PMDB, partido de Temer, há aprovação de apenas 61,5% da bancada. Vários partidos da base aliada - como PSD, PR e PRB - se mostram divididos. A maior oposição, mas não unânime, se encontra no PT: há apenas 4% de apoio à ideia.

## Margem apertada

Posições de cada partido na Câmara sobre a privatização da Eletrobras\*



Fonte: FSB Pesquisa. \*Em % da bancada

## Projetos do PPI ignoram a gestão de riscos climáticos

Por Daniela Chiaretti | De São Paulo

A gestão de riscos climáticos não está incorporada nos projetos inseridos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), o principal programa de infraestrutura do governo Temer. Projetos portuários, por exemplo, não consideram a elevação do nível do mar. Nos planos de construção de ferrovias não há projeções sobre as safras de grãos no futuro. Na construção de hidrelétricas não se leva em conta o risco hidrológico.

"O Brasil não tem estratégia de desenvolvimento carbonizado,

quanto mais descarbonizado", diz Natalie Unterstell, autora do relatório "Decisões Sobre Infraestrutura Considerando Riscos Climáticos: Guia Prático Para Decisões Com Impacto no Longo Prazo no Brasil", feito em parceria com o WWF-Brasil.

As perdas anuais com desastres naturais são estimadas em mais de R\$ 9 bilhões, segundo estudo de pesquisadores do Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (Ceped) da Universidade Federal de Santa Catarina. Mensalmente, as perdas são próximas a R\$ 800 milhões. Atualmente, 25% das cidades brasileiras estão com estado de calamidade pública decretada - por seca, chuva, ou por ambas.

Natalie Unterstell, administradora de empresas e atual coordenadora da câmara de adaptação do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, analisou 93 dos projetos do PPI - rodovias, hidrelétricas, ferrovias, terminais portuários, aeroportos, linhas de transmissão. "Era um conjunto razoável de concessões novas, ou que seriam renovadas. Mas nenhuma considera a mudança climática na gestão de risco", afirma.

Ela diz que, por conta do aumento do nível do mar, o porto de

Roterdã foi elevado em cinco metros. Uma seca que praticamente inviabilizou uma hidrelétrica em Uganda fez com que o Banco Africano de Desenvolvimento elaborasse um manual onde a mudança do clima é colocada em perspectiva em qualquer investimento. "No Brasil, os técnicos do Planejamento argumentam que os cenários climáticos são incertos. Mas projetar PIB ou inflação para planejar a concessão de infraestrutura em 40 anos também é incerto", diz ela.

O documento de 60 páginas descreve experiências adotadas em países com suas metodologias de gestão de riscos. "Ao assegurar uma infraestrutura planejada, que se prepara para lidar com eventos extremos, estaremos evitando perdas econômicas altíssimas", diz Mauricio Voivodic, diretor-executivo do WWF-Brasil.

## **Construção prevê expansão de 2% em 2018**

Por Edna Simão | De Brasília

O setor da construção civil trabalha com estimativa de crescimento de 2% para o próximo ano, mas esse resultado só virá, segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), se o governo adotar medidas que reduzam a insegurança jurídica, como regulamentação de distrato, e possibilite a capitalização da Caixa, para que ela possa alavancar as operações de crédito. Caso nada seja feito, o segmento espera mais um desempenho negativo. Neste ano, a retração esperada é de 6%.

O setor reclama de aumento de custos, como do material asfáltico fornecido pela Petrobras, que pode paralisar obras de manutenção e ampliação de rodovias no próximo ano. Os reajustes do insumo l deixarão de ser anuais e passarão a mensais, o que terá impacto nos custos de contratos ajustados a cada 12 meses.

Para se ajustar à variação dos preços internacionais, a Petrobras informou que, a partir de 2018, o material asfáltico terá reajuste mensal de 8% até abril. O material asfáltico tem um peso de 45% do custo da obra da manutenção de rodovia.

## Investimento público em 2017 é o mais baixo da série histórica

Por Fabio Graner | De Brasília

A Instituição Fiscal Independente (IFI) apontou ontem, em seu relatório mensal, que o investimento público chegou neste ano ao menor nível da série histórica em relação ao tamanho da economia: 2% do Produto Interno Bruto (PIB). O dado da IFI considera os 12 meses encerrados em junho, com a série anual iniciada em 1995.

No mesmo dia, o Ministério do Planejamento divulgou nota técnica da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan), que considera a queda do investimento público nos últimos anos como resultado da necessidade de ajuste das contas fiscais e do engessamento da despesa do governo federal. Nas contas do Planejamento, no primeiro semestre o investimento público foi de 1,3% do PIB.

Ao Valor, o secretário Marcos Ferrari, titular da Seplan, reforçou a mensagem da nota e disse que o caminho para reverter o quadro negativo é a reforma previdenciária. "A saída para reverter esse quadro

é a reforma da Previdência, tanto pela limitação que ela gera nos investimentos públicos, como pelos investimentos privados, que são estimulados com o juro baixo."

Ele argumenta que, sem mudanças nas regras, a despesa previdenciária cresce a um ritmo de 6% ao ano. Como ela representa mais de 54% do Orçamento, explica, qualquer redução no ritmo desse gasto deixa espaço para outras despesas, como investimentos, no ambiente do limite de gastos.

Para a Seplan, há necessidade de ampliar a taxa de investimento da economia brasileira para acelerar e dar sustentabilidade à retomada do crescimento. Mas o órgão do governo salienta que o espaço fiscal para atuar diretamente na ampliação da taxa de investimento é baixo e tende a se reduzir ainda mais, caso não seja aprovada a reforma da Previdência.

"O governo, ao focar na consolidação fiscal, contribui para a elevação da taxa de investimento pela redução dos custos financeiros

de toda a economia. E também contribui para a elevação da taxa de investimento com iniciativas direcionadas à melhora no ambiente de negócios e revisão dos marcos regulatórios. Os resultados já estão aparecendo", diz a nota, ressaltando a alta recente na formação bruta de capital fixo (FBCF).

O texto do Planejamento ressalta ainda que a combinação de juros mais baixos e elevação da lucratividade das empresas abre espaço para a retomada de financiamento privado do investimento, seja por empréstimos, seja, principalmente, por operações no mercado de capitais.

A visão é que a atual tarefa do governo federal é reverter o quadro de déficits primários dos últimos anos e estabilizar a dívida. "Para que a atual taxa básica Selic continue refletindo os fundamentos econômicos (atividade e inflação) e se mantenha em patamar historicamente baixo, é necessário que o governo federal afaste o risco de default da dívida pública percebido pelos agentes econômicos."





O Relatório de Acompanhamento Fiscal da IFI, que apontou o nível histórico baixo dos investimentos públicos em proporção do PIB, também faz análises desse indicador em termos de volumes financeiros, atualizando os números tanto pelo IPCA (o índice oficial de inflação) como pelo deflator do PIB, que também apontam um quadro negativo.

"O volume total investido pelo setor público passou a cair, nos últimos anos, após um período anterior de crescimento. Depois de ter alcançado o auge de R\$ 228,0 bilhões, no ano de 2014, os investimentos públicos apresentaram quedas consecutivas até atingirem R\$ 127,2 bilhões, em meados de 2017", diz o texto, mostrando que o valor é inferior ao de 2009.

A IFI mostra que o total investido pelo setor público em 12 meses, até meados de 2017, contou com R\$ 45,6 bilhões das estatais e R\$ 81,6 bilhões do governo geral. "No âmbito do governo geral, o governo municipal é a esfera que mais investiu (R\$ 30,4 bilhões), seguida pelo governo estadual e finalmente pelo

governo central. "

O órgão criado pelo Senado avaliou também que o resultado das contas do setor público neste ano pode terminar um pouco mais favorável do que se esperava, dada à recente melhora nas receitas federais e no desempenho de Estados e municípios. "Há possibilidade de encerrar o ano com déficit primário inferior ao definido na meta, não apenas para o governo central, mas também para o setor público consolidado", explica o texto. A meta para o setor público é de déficit primário de R\$ 163,1 bilhões.

Na visão da IFI, os reflexos das medidas de ajuste tomadas desde meados de 2016 já são sentidos, embora a situação fiscal esteja longe de estar "segura". "A estabilidade da dívida pública requererá, ao longo dos próximos anos, um aumento importante do esforço fiscal, seja pelo lado das receitas, seja pelo lado dos gastos", diz. A IFI ressalta que "há pela frente um desafio [de ajuste fiscal] cuja dimensão é de cerca de 5,4 pontos percentuais do PIB".

## Ajuste fiscal de 2018 fica comprometido

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Focado nas articulações para tentar aprovar a reforma da Previdência Social e para salvar o presidente Michel Temer da segunda denúncia criminal, o governo terá problemas em outra frente: o ajuste fiscal para fechar as contas de 2018. Do conjunto de propostas apresentadas pela equipe econômica em agosto, só uma está em vigor atualmente. As outras, que representariam receita de R\$ 23,2 bilhões e corte de gastos de R\$ 725 milhões, estão com calendário comprometido.

O envio desses projetos acabou comprometido pela segunda denúncia contra Temer. Conforme o Valor revelou na época, o governo decidiu segurar a publicação das propostas por dois meses, até que a Câmara rejeitasse a acusação contra o pemedebista, para evitar novas pressões. Com o calendário mais apertado, parte das medidas terão efeito menor do que o esperado e devem dificultar o fechamento das contas públicas do próximo ano.

Mesmo a proposta já em vigor está longe de aprovação. Por ser uma medida provisória (MP), o adiamento do reajuste dos

servidores (com impacto de R\$ 5,1 bilhões) tem efeito imediato a partir da publicação. Na mesma MP, o aumento da alíquota de contribuição previdenciária para os funcionários públicos que ganham mais de R\$ 5,5 mil (o teto do INSS), que passará de 11% para 14%, será cobrado a partir de fevereiro.

A comissão que discutirá a MP, contudo, só realizou uma reunião, para eleição de seu presidente, que, contrariamente aos interesses do governo, será o deputado Rogério Rosso (PSD), do Distrito Federal, que assumiu com o discurso de que impedirá a demonização dos servidores, principal alvo da medida. O relator será o senador Cidinho Santos (PR-MT), empresário que é suplente do ministro da Agricultura, Blairo Maggi (PP).

Por outro lado, uma das medidas com as quais o governo contava para reduzir gastos já ficará para, pelo menos, fevereiro. O projeto de lei para regulamentar o pagamento de verbas indenizatórias acima do teto constitucional, de R\$ 33,7 mil (o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal), não será votado este ano pelos deputados. Se valesse para todo o ano de 2018, a economia seria de R\$ 725 milhões.

Relator da proposta, o deputado Rubens Bueno (PPS-PR) afirmou que o atraso no envio de informações

do Judiciário e Ministério Público inviabilizou a votação. "Este ano é impossível, semana que vem terminado", disse. O Congresso para dia 21 de dezembro e só volta fevereiro.

Também com calendário comprometido está a MP 806, que muda a tributação de sobre aplicações em fundos de investimento fechados. Com a mudança, que causa polêmica entre advogados tributaristas, o Ministério da Fazenda divulgava contar com R\$ 10,72 bilhões em 2018.

Esta semana está prevista apenas uma reunião da comissão, uma audiência pública com representantes do governo e o ex-ministro do STF Carlos Velloso. O relator, deputado Wellington Roberto (PR-PB), que já criticou a mudança por representar insegurança jurídica, diz que vai ouvir os convidados antes de fechar seu relatório. "Vamos ver que acordo poderá existir", afirmou.

Segundo ele, se não for consensual, a proposta não será votada este ano. Se a oposição decidir pedir vista do parecer, não haverá prazo. Se o governo insistir em votar a reforma da Previdência na próxima semana, também não. O problema é que a Constituição determina que, para os R\$ 10 bilhões sejam arrecadados em 2018, a MP terá que ser aprovada pela Câmara e Senado até 31 de dezembro.





Já o projeto que revoga parte da política de desoneração da folha de pagamentos exige um prazo de 90 dias entre a sanção e a cobrança das novas alíquotas. Arrecadaria R\$ 12,5 bilhões se vigorasse o ano todo, o que não ocorrerá. O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) apresentará o parecer hoje na comissão, mas o texto será bem diferente, com receita menor. A Fazenda defende reduzir o benefício a quatro setores. O relator vai manter e ampliar para os beneficiados em 2011 e "para os que têm mais peso nas exportações do país". Se não passar por Câmara e Senado em duas semanas, a arrecadação ficaria para, pelo menos, maio.

## Para Dyogo, "situação está em extremo risco"

Por Edna Simão e Fábio Pupo |  
De Brasília



Dyogo: ministro do Planejamento afirmou que reforma da Previdência não é "o único esforço do governo".

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou ontem que, mesmo com o esforço para aprovar a reforma da Previdência Social, o governo está empenhado em aprovar até o fim do ano o projeto de lei que trata da reoneração da folha de pagamentos e a medida provisória sobre tributação dos fundos exclusivos, que são fundamentais para a peça orçamentária de 2018.

Ontem, o ministro lançou o chamado painel de custeio, que permite que o cidadão acompanhe a evolução dos gastos para funcionamento da máquina pública. Durante o evento, o ministro disse que "a reforma da Previdência Social não é o único esforço do governo". Ele acrescentou que mudanças nas regras de aposentadoria e pensões são importantes do ponto de vista

de estabilização das contas públicas e para impedir uma reversão das expectativas positivas do mercado com relação a economia.

"Continuamos trabalhando arduamente pela aprovação da reforma da Previdência. Teríamos até quinta-feira para votar uma série de propostas em tramitação, duas delas importantes para o Orçamento de 2018", destacou o ministro. Mas tanto o projeto de reoneração da folha quanto a MP dos fundos exclusivos estão em fase inicial de discussão em comissão especial da Câmara. Ao ser questionado sobre isso, Dyogo disse que o governo tem até o fim do ano para aprovar as medidas prioritárias.

Na avaliação do ministro, outras medidas como o adiamento do reajuste dos servidores públicos e o aumento da alíquota de contribuição previdenciária dos servidores podem ser votadas depois do recesso parlamentar, em fevereiro, "sem prejuízo para a gestão do Orçamento".

Dyogo ressaltou que o governo precisa aprovar a reforma da Previdência, se não neste ano, no próximo. "A situação das contas da Previdência está fora de controle e coloca em extremo risco a situação fiscal do país", ressaltou. Segundo ele, ainda há muita desinformação dos parlamentares sobre o texto o

que dificulta a votação da matéria. "Me parece que temos hoje ótima opção para tratar a questão de maneira menos custosa para a sociedade. Quanto mais demorar, mais duras serão as medidas de correção", frisou.

O ministro disse que é mais difícil aprovar a reforma da Previdência no ano que vem, que é eleitoral. Apesar disso, garante: "Não joguei a toalha não. Está definido. O governo acertou que o início das discussões será na quinta-feira e irá avaliando o cenário a cada passo."

Sobre medidas para redução de despesas de custeio, Dyogo disse que a expectativa é de que esse gasto neste ano seja inferior ao de 2016. Até setembro, a queda acumulada era de 7,4% em relação a igual período do ano passado. Segundo Dyogo, nos últimos anos o ministério vem desenvolvendo ações e colocando o cidadão "no centro das decisões governamentais" como é o caso do Painel de Custeio, lançado ontem. O próximo objetivo agora é a redução do material de expediente, que inclui papel, cartuchos de impressão e matéria de informática. "Vamos reestruturar a maneira de comprar, de modo que haja uma redução quase total do estoque que fica depositado nos órgãos e das pessoas que ficam administrando isso", afirmou.

## Por reforma, Temer cobra liberação de emendas

Em reunião marcada para hoje, presidente deve pedir apoio do empresariado a mudanças na Previdência

-Brasília, rio e São Paulo- Faltando menos de uma semana para que a reforma da Previdência volte à pauta da Câmara, o presidente Michel Temer intensificou ontem a busca por votos para aprovar a proposta. Ele cobrou do Ministério do Planejamento a liberação de emendas já empenhadas nas áreas de saúde, saneamento, infraestrutura urbana e para obras nos redutos eleitorais dos parlamentares da base. Além disso, o presidente trabalha com a lista dos deputados que ainda não apoiam o projeto. À noite, Temer teria um encontro com a cúpula do PSD, partido dos ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e das Comunicações, Gilberto Kassab, para exigir um posicionamento mais firme sobre o tema. Hoje, o presidente se reunirá com 135 representantes empresariais, incluindo os setores de trigo, carne e automóveis para pedir apoio às mudanças de regras da aposentadoria. Segundo um auxiliar do presidente, a estratégia é que os empresários entrem na campanha.

Para barganhar, o Palácio do Planalto também vai oferecer cargos, inclusive para aqueles que se posicionaram contra o presidente na votação das denúncias da Procuradoria-Geral da República

(PGR). Para isso, o presidente trabalha com planilhas de nomes e de cargos (quem tem, quantos e quem não tem indicações políticas). Os líderes governistas foram encarregados de incentivar outras legendas a fecharem questão em favor da reforma, seguindo o exemplo de PMDB, PR e PPS.

### PRESSÃO PARA PSDB FECHAR QUESTÃO

No caso do PSDB, que está rachado, interlocutores do Planalto afirmam que a ideia é pressionar o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que assumiu a presidência nacional do partido, a ordenar o fechamento de questão. Assessores de Temer lembram que deputados do PSDB votaram a favor da reforma da Previdência no governo do ex-presidente Lula, em 2003.

— Vamos ver se ele lidera de fato o seu partido e entrega os votos pela Previdência. Afinal, o PSDB ajudou a aprovar até a reforma do Lula. Acreditamos que serão coerentes agora — alfinetou um aliado do presidente.

O relator da reforma, deputado Arthur Maia (PPS-BA), indicou que poderá fazer novas concessões no projeto em troca de votos. O PSDB, por exemplo, quer alterações na aposentadoria por invalidez permanente. Na semana passada, durante reunião da executiva

nacional, o partido sugeriu que o valor do benefício continue integral. Com a reforma, ele passa a ser proporcional se o problema que causou a invalidez ocorrer fora do ambiente de trabalho. Ao ser procurado, Maia respondeu:

— Quantos votos eles (tucanos) trazem com essa mudança? Essa é a pergunta a ser feita. Só vai haver mudança se trouxerem votos novos.

O futuro ministro da articulação política do governo, Carlos Marun (PMDB-MS), disse que a reforma será pautada na Câmara na próxima quinta-feira e não sairá mais até ser votada. Ele assume a Secretaria de Governo nesse mesmo dia, e admite que o governo ainda precisa de 40 a 50 votos para aprovar a matéria. Segundo ele, falta chegar uma "onda positiva" que possibilite a adesão dos 308 deputados — mínimo necessário para aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC): — Calculo aí em torno de 40 a 50 votos que nós devemos buscar para chegarmos ao plenário com segurança.

Em evento em São Paulo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, reiterou que a proposta só seguirá para votação quando o governo tiver o apoio necessário: — De hoje para a próxima terça não é fácil votar essa matéria.





A equipe econômica começou ontem a tentar turbinar a onda positiva citada por Marun. Em suas contas no Twitter, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, e o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, defenderam a tese de que as alterações acabam com privilégios e distorções que favorecem quem ganha mais e quem trabalha no setor público.

Paralelamente, no Rio, o secretário de Previdência Social, Marcelo Caetano, defendia a proposta em um seminário. Apesar das sinalizações do relator, ele disse que o governo deve evitar fazer novas concessões à reforma da Previdência: — A gente alcançou um ponto de equilíbrio entre a perspectiva técnica de alterações e as concessões que foram feitas que beneficiaram a população mais carente do país. Eu evitaria fazer novas concessões.

#### SEM MUDANÇAS NO PRÓXIMO GOVERNO

Caetano afirmou que, se aprovada, a reforma permitirá que o próximo governo, que assume em 2019, não precise mexer novamente nas regras previdenciárias. Ele estima

que, da forma como está desenhada, a reforma atual daria tranquilidade ao país por pouco mais de uma década: — Aprovando a reforma da Previdência tal como está na emenda aglutinativa, a próxima administração não necessitará discutir o tema da reforma da Previdência. Nos dois mandatos.

Dyogo Oliveira afirmou na rede social que só consegue se aposentar por tempo de contribuição quem ganha mais. A parcela que tem os menores salários não consegue trabalhar por muito tempo com carteira assinada e acaba tendo de esperar a idade mínima para se aposentar. Ele deixou claro que a idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres só será aplicada em 2038 para quem se aposenta por tempo de contribuição. O projeto prevê uma fase de transição de 20 anos.

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, evitou opinar se o governo conseguirá votar o projeto este ano: — Como vou saber. Não sou Mãe Dinah — disse, acrescentando que em política se trabalha com fatos. (Geralda Doca, Cristiane Jungblut, Catarina Alencastro, Bárbara Nascimento, Marcello Corrêa, João Sorima Neto e Luiza Souto)

## Abaixo do piso

O país encerrará este 2017 com inflação em torno de 3%, muito provavelmente abaixo disso –percentual digno dos emergentes mais bem-sucedidos no controle do custo de vida. Infelizmente, o resultado se deve mais a percalços e a erros de cálculo do que a uma estabilização monetária virtuosa.

Como já dito aqui, o Banco Central se mostrou conservador além do necessário ao longo do processo de redução dos juros iniciado em outubro do ano passado.

Consequências da timidez no corte da taxa básica – que estava e se mantém entre as mais elevadas do mundo, em termos reais– são uma recuperação econômica lenta e um IPCA bem inferior ao que se previa no início do ano.

Basta lembrar que o BC está perto de descumprir o limite mínimo para a inflação, correspondente a 1,5 ponto percentual abaixo da meta de 4,5% ao ano. Trata-se de desvio inédito desde que se adotou o sistema de metas, em 1999.

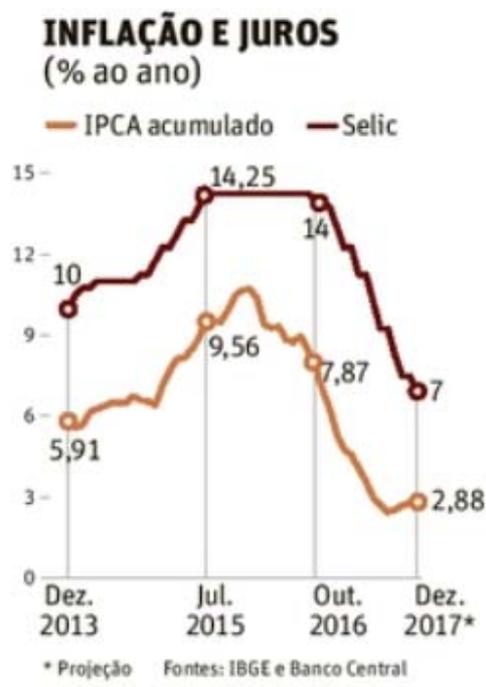
Claro, tudo isso é mais fácil de constatar em retrospectiva. A política econômica adotada após o impeachment de Dilma Rousseff (PT) teve de lidar com um legado catastrófico e incertezas quanto às reformas e as finanças públicas.

Teria sido menos doloroso, sem dúvida, permitir uma queda mais gradual dos índices de preços e acelerar a redução dos juros, favorecendo o crédito a famílias e empresas. Em favor do BC, aponte-se a importância de quebrar a inércia de uma inflação que estava em níveis perigosos desde 2011.

Que a ressalva pontual à ação das autoridades não se confunda, aliás, com a defesa de maior permissividade monetária na tentativa de produzir algum crescimento adicional do PIB –uma superstição nefasta que deveria ser extirpada do pensamento nacional.

Superados a brutal recessão e seus efeitos, o país tem diante de si o desafio de fortalecer sua moeda em um ambiente de normalidade econômica. Nesse sentido, foi meritória a iniciativa de baixar a meta oficial para o IPCA a 4,25% em 2019 e a 4% em 2020.

Há um bom ponto de partida para a busca paulatina de taxas mais civilizadas, completando a estabilização iniciada pelo Plano Real. A tarefa, negligenciada desde a década passada, depende mais que nunca do equilíbrio orçamentário.



## Eficiência no serviço público

SIDNEY BERALDO

Os escândalos políticos e as crises econômicas que marcam nossa história provocam indignação, mas também evidenciam a importância do controle social para o bom funcionamento das instituições.

Os brasileiros vêm descobrindo que a vigilância é uma das formas mais eficientes de garantir a efetividade do gasto público. A sociedade hoje reivindica, legitimamente, acesso a informações para poder fiscalizar governos, avaliar resultados de políticas e cobrar gestores.

Isso exige dos órgãos de controle muito mais do que a aferição da legalidade da execução orçamentária e da regularidade das despesas. É preciso saber se, de fato, o dinheiro dos impostos pagos pelos cidadãos está sendo empregado de maneira adequada e republicana.

Temos de melhorar a qualidade do serviço público e modernizar as administrações. Mas o ambiente é complexo. A combinação do endividamento dos governos com a baixa renda per capita da população reduz a disponibilidade de recursos e amplia a demanda por serviços.

A dificuldade de bons resultados envolve também obstáculos legais. Na Constituição, as palavras eficiência e efetividade são mencionadas só nos artigos 37 e 74, o que mostra desinteresse dos legisladores sobre o assunto.

Exemplo disso é a vinculação de gastos para a educação. Não se discute a pertinência do uso de 25% das receitas de impostos e transferências no setor. O que surpreende é o fato de não existirem exigências legais que cobrem a efetividade das políticas.

O próprio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), por determinação constitucional, é obrigado a reprovar contas de uma prefeitura que obteve nota alta no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), mas aplicou 24,95% das receitas e transferências em educação. Já cidades com queda no Ideb e gastos acima de 25% não podem ser legalmente penalizadas.

Situações como essas demonstram que temos de implantar no Brasil uma cultura de gestão de resultados. Pensando nisso, o TCE-SP tem focado suas auditorias também na qualidade das políticas

públicas.

Uma primeira iniciativa foi o lançamento do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M). O indicador, criado em 2015, mede o desempenho das prefeituras em educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, defesa civil e governança tecnológica.

Os resultados do levantamento já contribuíram para uma melhora na eficiência do controle externo, permitindo a detecção de pontos que merecem maior vigilância. Os números também se mostraram úteis para prefeitos e vereadores, que puderam utilizar os dados apurados na correção de rumos.

A possibilidade de uso do índice como instrumento de gestão ainda inspirou o Instituto Rui Barbosa – entidade ligada às cortes de Contas que promove estudos sobre fiscalização externa – a implementar o IEG-M/Brasil. Em 2018, o indicador já será usado por todos os Estados.

Mas era hora de ir mais longe. E o TCE-SP lança agora o Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEG-E), que medirá a eficiência do





governo do Estado a partir da análise de 342 quesitos relacionados à educação, saúde, planejamento, gestão fiscal e segurança pública.

O projeto, que terá os primeiros resultados divulgados em 2018, já despertou o interesse de tribunais de outros Estados. No TCE de Minas Gerais, uma iniciativa semelhante está sendo desenvolvida.

Mais do que nunca, as cortes de Contas precisam agir como os olhos da população, cobrando os gestores e exigindo a eficiência que os brasileiros merecem.

SIDNEY BERALDO, ex-deputado estadual (PSDB) e ex-presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, é presidente do Tribunal de Contas do Estado

## Temer avalia deixar Nova Previdência para o ano que vem

*Governo quer votar na próxima semana, mas placar estacionou em 270 votos, abaixo dos 308 necessários*

*Em um último esforço, o Planalto agiliza a liberação de recursos e de emendas em busca de apoio adicional*

### DE BRASÍLIA

Com dificuldade para obter votos até a próxima semana, o presidente Michel Temer e aliados admitem a possibilidade de deixar para fevereiro a votação da reforma da Previdência.

O último balanço feito pelo Palácio do Planalto apontou um placar estacionado em torno de 270 votos, abaixo dos 308 necessários. A ideia do governo é tentar votar o texto entre os dias 18 e 20, antes do início do recesso parlamentar.

Para tanto, quer iniciar na quinta (14) o debate o em plenário como forma de estimular líderes partidários

a saírem publicamente em defesa da proposta —ao mesmo tempo, sentir a temperatura do quadro de votos.

Porém, diante do risco de não conseguir levar a estratégia adiante, o Planalto passou a formular o discurso de que a votação pode ficar para fevereiro. "Sem dúvida alguma, se não conseguirmos [votar na semana que vem], vou sentir que perdemos uma batalha, mas não perdemos a guerra", disse o deputado Carlos Marun (PMDB-MS), que assume quinta (14) como ministro da articulação política (Secretaria de Governo) com a missão de angariar mais apoio à reforma.

No domingo (9), em viagem a Buenos Aires, o presidente Temer havia admitido a possibilidade de adiar a votação. O discurso foi compartilhado também pelo ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. "Nós precisamos passar a reforma previdenciária. Se não for para ser esse ano, que seja no próximo. E se não der no próximo, será em 2019",

afirmou.

### TENTATIVA

Mesmo com a expectativa pessimista, o presidente fará mais um esforço. Isso porque o governo avalia que as chances de derrota numa apreciação em 2018 crescem em razão do ano eleitoral.

Nesta segunda (11), o presidente ordenou, em reunião no Planalto, que as pastas da Saúde, Cidades e Integração Nacional agilizem até a próxima semana a liberação de emendas parlamentares.

Segundo a Folha apurou, o montante é de pelo menos R\$ 500 milhões. No caso da área da saúde, que tem mais gargalos, seria destinado, por exemplo, a reformas de unidades hospitalares e entrega de ambulâncias.

Nas últimas semanas, integrantes da base aliada vinham reclamando que emendas empenhadas na época da votação das denúncias da





Procuradoria-Geral da República contra o presidente não tinham sido executadas.

Além disso, Temer pediu à equipe política um levantamento da tendência de voto de todos os deputados governistas. Pelo balanço prévio feito pelo Planalto, há 100 deputados governistas que estão indecisos, a maioria de partidos como PSD e PR, que têm resistido em fechar questão favorável à proposta.

"Nós precisamos de um balanço com o nome dos deputados, e não uma visão global de votos", disse à Folha o ministro Moreira Franco (Secretaria-Geral).

Para evitar um esvaziamento do

plenário da Câmara, no caso de a votação se confirmar na semana que vem, Temer o peemedebista pediu ao presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), que marque para o dia 19 a votação pelo Congresso do Orçamento —assim garantiria presença dos deputados.

Nesta quarta-feira (13), o presidente receberá prefeitos para oficializar o repasse de R\$ 2 bilhões para quitar parte da folha de pagamento dos municípios. E se comprometerá a liberar mais R\$ 3 bilhões em 2018 caso a proposta seja aprovada, (GUSTAVO URIBE, MARINA DIAS, DANIEL CARVALHO, MAELI PRADO E NATÁLIA CANCIAN)



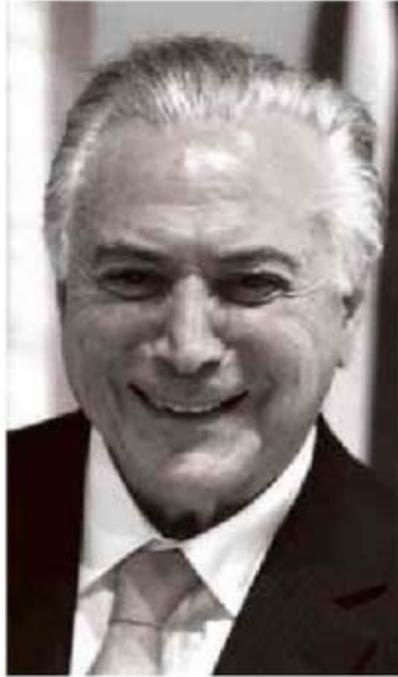


**OUTROS TEMPOS** Defensores da reforma no governo se aposentaram antes dos 60 anos



**ELISEU PADILHA**

Aposentado aos 52 anos pelo INSS por tempo de contribuição: R\$ 2.700. Com contribuição como prefeito e deputado, recebe R\$ 19,3 mil do Instituto de Previdência dos Congressistas



**MICHEL TEMER**

Após 28 anos de contribuição, o presidente se aposentou aos 58 no topo da carreira de procurador do Estado de São Paulo, com uma remuneração bruta de R\$ 45 mil



**MOREIRA FRANCO**

Recebe desde os 57 anos pensão vitalícia por ter sido governador do Rio por quatro anos, de 1987 a 1991. O benefício, que não está atrelado a contribuições, é hoje de R\$ 19,6 mil brutos

# Campanha dos contra vai ao Planalto

**FÁBIO FABRINI**  
**LAÍS ALEGRETTI**  
DE BRASÍLIA

Como outros de sua geração, o presidente Michel Temer e dois de seus principais ministros obtiveram aposentadoria ou pensão vitalícia em condições vantajosas que, agora, são chamadas de privilégios até pelos beneficiados por essas antigas regras.

O sindicato dos servidores do Congresso vai bater na tecla desse passado: prepara uma campanha contra a reforma falando dos aposentados do Planalto.

De fato, Temer se aposentou aos 58 anos, no topo da carreira de procurador do Estado de São Paulo. A remuneração bruta soma R\$ 45 mil no Estado, mais R\$ 30,9 mil no governo federal (como presidente). Com o abate-teto e outras deduções, os ga-

nhos líquidos em outubro foram de R\$ 24,8 mil, quase cinco vezes o teto do INSS.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, recebe aos 73 anos uma pensão pelos quatro anos como governador do Rio (de 1987 a 1991). O benefício, de caráter vitalício, está em R\$ 19,6 mil brutos (R\$ 15,5 mil líquidos). Foi obtido em abril de 2002, quando ele tinha 57 anos. O pagamento não está atrelado a contribuições.

A pensão veio dois meses antes de uma emenda à Constituição do Estado ser aprovada, acabando com a benesse para casos futuros.

Moreira tem ainda remuneração bruta de R\$ 30,9 mil no Planalto. Com o abate-teto e outras deduções, recebeu R\$ 7,4 mil líquidos em outubro.

Eliseu Padilha (Casa Civil) está desde 1999, quando tinha 53 anos, na folha do ex-

tinto Instituto de Previdência dos Congressistas. Após vários mandatos, recebe R\$ 19,3 mil brutos (R\$ 14,3 mil líquidos). Tem ainda a aposentadoria obtida em 1998, aos 52, no INSS, de R\$ 2.700. No Executivo, como ministro, o salário é de R\$ 30,9 mil brutos (R\$ 9.000, com descontos).

O Planalto disse que o presidente cumpriu "todas as exigências legais" da época e disse que o fato de o presidente estar trabalhando aos 77 anos demonstra que a longevidade no país aumentou, o que endossa a revisão na Previdência. Moreira alegou que a pensão que recebe vem sendo atingida por atrasos, assim como servidores do Rio. Padilha disse, em nota, que a aposentadoria inicialmente obtida na Câmara foi suspensa nos períodos em que, a posteriori, ele exerceu mandatos de deputado.

## Orçamento curto leva a remanejamento de verba em 2018

DANIEL CARVALHO  
MARIANA CARNEIRO  
JULIO WIZIACK  
DE BRASÍLIA

A campanha eleitoral do ano que vem influenciou na reorganização dos gastos previstos no Orçamento de 2018.

A legislação proíbe contratações de novas obras e repasses da União para projetos em Estados e municípios a partir de julho de 2018. Assim, pastas ligadas à infraestrutura, como Transportes e Cidades, ficariam com dinheiro em caixa que não poderia ser gasto —é dinheiro é algo escasso no caixa.

Afora a queda na arrecadação, a União precisa cumprir a regra do teto de gastos. Aprovada no ano passado,

ela determina que o governo só poderá aumentar a despesa pela inflação do ano anterior (até julho). Em 2018, o limite de aumento é de 3%.

Diante da realidade mais dura, o trabalho dos deputados se concentra no remanejamento de verbas. Recursos destinados a obras foram reduzidos e realocados em áreas como assistência social e segurança pública.

O relator do Orçamento no Congresso Nacional, deputado Cacá Leão (PP-BA), disse que a readequação de despesas seguiu como critério a execução orçamentária de 2017, no qual os gastos ficaram bem abaixo do previsto.

“O governo mandou um

valor, houve um corte prévio e eu executei outro corte para a realidade”, disse.

“[Fiz isso] para pegar a sobra orçamentária e colocar numa outra coisa que estava abaixo do que foi executado em 2017.”

Um exemplo é o Minha Casa, Minha Vida, que tinha cerca de R\$ 5 bilhões previstos neste ano, mas, segundo Leão, só deve gastar R\$ 3 bilhões.

Para o ano que vem, segundo o relator, a verba destinada ao programa será próxima ao valor executado em 2017.

“Fui em cima do número do realizado”, disse.

A métrica manterá o programa com a verba apertada. Para ajustar as contas e redu-





zir despesas, o governo comprimiu os gastos em investimentos ao patamar mais baixo em mais em dez anos.

Se o Minha Casa vai sofrer cortes, em contrapartida, o deputado disse que elevará em cerca de R\$ 300 milhões o gasto com assistência social.

O dinheiro vai para o Sistema Único de Assistência Social, que repassa recursos para Estados e municípios.

Mesmo assim, Leão afirma não ter conseguido atender as demandas de ministros que queriam evitar cortes.

“Para resolver o problema da assistência social, tem que ter R\$ 1 bilhão. Eu não tenho R\$ 1 bilhão para resolver tudo”, afirmou. “Ciência e Tecnologia é outra área que tem uma pressão grande. Mas também é R\$ 1 bilhão para resolver. Não tem.”

Contrariando expectativas de colegas, Leão também não aumentou o fundo eleitoral para as campanhas. O valor ficará no já previsto R\$ 1,7 bilhão. “Coloquei a lei. Não tinha folga para colocar mais.”

Ele tinha se comprometido

em entregar o relatório nesta segunda (11) à Comissão Mista de Orçamento, para colocar o texto em votação nesta terça (12). Porém, o texto não havia sido entregue até a conclusão desta edição.

O deputado também deverá reduzir a previsão de crescimento para 2% (como a enviada pelo governo). No relatório de receitas, o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) havia inflado o crescimento para 2,5% —e conseqüentemente as receitas previstas.

#### **CORTE ESPERADO**

O presidente da Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), José Carlos Martins, afirmou que o encolhimento de verbas públicas já era esperado.

Segundo ele, o governo deve destravar o investimento privado. Uma das principais demandas é o aumento do capital da Caixa. O banco está segurando o crédito imobiliário por falta de capital.

A medida foi aprovada na Câmara e agora esta tramitando no Senado.

## Empresários vão a Brasília pressionar deputados a votar pela Previdência

Campanha. Representantes da indústria de construção civil estão batendo à porta dos parlamentares indecisos para angariar votos pela reforma; diretores de sindicatos do setor químico e de máquinas desembarcam hoje em Brasília para aumentar a pressão

Lu Aiko Otta

Os empresários entraram para valer na campanha de convencimento dos deputados para aprovarem a reforma da Previdência. Com poucos dias para angariar votos a favor da proposta, o empresariado decidiu ir além de emails, telefonemas e mensagens de celular, para, literalmente, bater à porta dos parlamentares.

Representantes da indústria de construção estão visitando a casa dos deputados para pedir voto. Outros setores também começaram a se mobilizar. Representantes da indústria química e da indústria de máquinas e equipamentos chegam hoje a Brasília para fazer um corpo a corpo com os congressistas.

“Queremos falar com o maior número possível de parlamentares sobre a importância de se aprovar a reforma”, diz Fernando Figueiredo, presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). “A

ideia é afastar do deputado o temor de que o trabalhador será prejudicado.” A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) cobrou empenho das 85 entidades filiadas em todo o País.

Os membros de vários Sinduscons (sindicatos da construção civil) visitaram pessoalmente os deputados em suas casas para pedir apoio ao texto. Segundo o presidente da Cbic, José Carlos Martins, entre sábado e ontem pela manhã, 15 deputados indecisos foram convencidos a votar pela Previdência. A estratégia é focada principalmente nesse grupo, onde a resistência é menor.

Diretora do Sinduscon-PE, Maria Elizabeth Nascimento está em campo, angariando votos. Ela diz já ter conversado com 12 deputados pernambucanos para convencê-los a votar a favor da reforma. “Vou até a casa de cada um no meu Estado ou em Brasília, no gabinete.

Sou do tempo em que a conversa tem que ser feita no olho a olho”, afirma. Nas conversas, ela tem repetido o mantra: “Se você não fizer hoje, vai ser cobrado amanhã”. Maria Elizabeth acredita já ter revertido a indecisão de alguns. “Mas vou lutar até o fim.” O Placar da Previdência,

ferramenta do Grupo Estado, aponta que 108 de 512 deputados se declaram indecisos em relação ao texto da reforma.

Apenas 64 deputados disseram que vão votar sim. Outros 227 se declaram contrários. O governo corre contra o tempo para aprovar a reforma ainda este ano na Câmara. As discussões sobre o texto estão previstas para começar esta semana, na quinta-feira. A votação ficaria para a semana do dia 18 de dezembro, caso o Planalto consiga os 308 votos necessários para aprovar o texto.

A mobilização dos empresários atende a um pedido do presidente Michel Temer, na semana passada. Em encontro com empresários da indústria química, Temer fez um apelo para que o empresariado pressionasse os parlamentares para votar a favor da proposta. “Não devemos menosprezar a capacidade deste governo de votar matérias no Congresso”, disse Martins. Ele contou ter visto um mapa de votações e se disse impressionado com a forma como o monitoramento é feito.

“É coisa de profissional”, disse. Os cruzamentos de posições por partido, por bancada, por grupo profissional e por região permitem saber onde estão os pontos de sensibilidade. Segundo Martins,





muitos dos indecisos compreendem a importância da reforma, mas temem “queimar o filme” com o eleitorado no ano que vem. Ao mesmo tempo, não querem ficar mal com o governo, em caso de vitória.

É nesse dilema que os empresários da construção foram instruídos a trabalhar. “O ponto é deixar claro que a reforma não causa prejuízo para as pessoas de baixa renda, mas ataca os privilegiados que se aposentam com altos benefícios”, diz Fernando Figueiredo, presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). Representantes da Associação da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) também estarão em Brasília hoje, para se encontrar com parlamentares.

O presidente da entidade, José Veloso, diz que há um esforço da associação em alertar os 270 integrantes da frente parlamentar

que representa o segmento, a maioria deles da base do governo, da importância de aprovar a reforma.

COLABORARAM MURILO  
RODRIGUES ALVES E  
DOUGLAS GAVRAS

Protestos contra a reforma aumentam

Com a expectativa de votação da reforma da Previdência no plenário da Câmara na próxima semana, sindicatos ligados aos servidores públicos intensificaram protestos em todo o País para pressionar deputados e senadores a votarem contra a proposta.

As manifestações são planejadas nos principais aeroportos do País e até mesmo nos apartamentos funcionais em que os parlamentares moram em Brasília. Ontem, sindicalistas receberam parlamentares que desembarcavam no Aeroporto de Brasília, com faixas e apitos.

I.G.

## Governo promete liberar mais verbas para o Congresso

Adriana Fernandes

O governo escalou ontem uma tropa de choque de ministros para negociar diretamente com os deputados os votos pela aprovação da reforma da Previdência e acenou com mais recursos de emendas. A negociação entrou agora no “varejão” com as demandas individuais sendo analisadas.

De olho nas eleições de 2018, há políticos que pedem até mesmo para que seus adversários não sejam beneficiados pelos recursos, num xadrez complexo de ser administrado pelos líderes dos partidos. Como a arrecadação de novembro surpreendeu positivamente, os números apontam para a possibilidade de uma nova liberação de recursos do Orçamento nesses últimos dias do ano.

Cálculos preliminares indicam um resultado entre R\$ 2 bilhões a R\$ 5 bilhões acima do previsto, segundo informou um integrante da equipe econômica. Com esse espaço, segundo outra fonte da

equipe econômica, o governo avalia que é “bem possível” fazer um novo desbloqueio.

A tarefa é calibrar a ampliação das despesas sem comprometer o cumprimento da meta fiscal, de R\$ 159 bilhões. Na ofensiva final para tentar aprovar a reforma da Previdência, os ministros da Integração Nacional, Saúde, Cidades entraram numa negociação de “varejo” com os deputados. O presidente Michel Temer e os ministros dessas áreas se reuniram com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, que avalia o espaço orçamentário.

Fontes do governo informaram que os parlamentares estão “colocando o voto na mesa” nesse momento de decisão para a reforma. O ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Wellington Moreira Franco, avisou ontem que o governo está aberto a negociar concessões desde que “justas”.

EDUARDO LAGUNA E  
KARLA SPOTORNO

**PODER »****Governo precisa de 5 votos a cada 24h**

Na próxima quinta-feira, Rodrigo Maia pretende fazer a leitura do projeto da reforma da Previdência no plenário da Câmara: será o primeiro grande teste da base

*Hoje, com apenas 270 parlamentares a favor da reforma da Previdência, Planalto avança sobre os indecisos para ganhar fôlego e colocar o texto em votação no início da próxima semana. Enquanto isso, tenta, para além dos números, identificar quem de fato está alinhado*

» ALESSANDRA AZEVEDO  
» RODOLFO COSTA  
» NATÁLIA LAMBERT

Para conseguir colocar a reforma da Previdência em votação na Câmara dos Deputados na próxima

terça-feira, como pretende, o governo precisará conquistar uma média de cinco votos por dia até lá. Essa é a contagem no cenário otimista caso a proposta tenha hoje, de fato, o apoio de 270 deputados, número que ainda tem sido apurado detalhadamente pelos principais articuladores governistas. A julgar pela lentidão dos avanços observados até agora, com o placar estagnado há semanas, conseguir entre 40 e 50 votos em uma semana é um grande desafio, mesmo com 100 deputados ainda indecisos. O fôlego dos parlamentares para defender a proposta será medido na quinta-feira, quando o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ),

pretende fazer a leitura do texto no plenário.

Antes de arriscar a votação, o presidente Michel Temer procura saber não apenas número de votos, mas também quais deputados estão, de fato, alinhados com os interesses do governo. Ele reunirá os líderes para “fazer a contabilidade de um a um e ver onde é que estão os maiores problemas e qual é a distância para os 308 votos”, explicou ontem Rodrigo Maia. Embora o objetivo seja conseguir colocar a matéria em pauta na semana que vem, antes do recesso parlamentar, que começa em 22 de dezembro, Maia afirmou que “de forma nenhuma podemos pautá-la sem uma garantia muito clara de que ela será aprovada”. Por isso, segundo ele, será necessário “trabalhar o dobro para gerar as condições”.

A aposta no fechamento de questão, embora seja uma alternativa lógica a essa altura do campeonato, não é suficiente e não tem o gás necessário para garantir a aprovação. Até agora, três partidos tomaram posição a favor da reforma: PPS, PTB e PMDB. O governo esperava que a decisão dos peemedebistas inspirasse outras legendas. “Falei com o presidente do PP, presidente do PSD, agora falei com o presidente do PRB, e estão todos entusiasmados para um eventual fechamento da questão”,





disse Temer domingo, em entrevista em Buenos Aires, na Argentina.

### Negociações

Mas, por enquanto, o mais próximo de seguir o exemplo e também fechar questão é o PP, que tem 37 deputados, mas ainda não se decidiu. O líder do PRB, Eduardo Lopes (RJ), já afirmou que não fechará questão e acredita que hoje conseguiria garantir votos de cerca de 13 dos 22 deputados da legenda. Por parte do PR, o governo só pode contar, até o momento, com o apoio de 10 dos 52, de acordo com uma fonte a par das negociações. Há uma forte cobrança de Temer aos ministros para forçar o fechamento de questão. Em especial a Gilberto Kassab, auxiliar responsável pela pasta da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que é filiado ao PSD. “Há indicativos pelos números apresentados que o apoio do partido ainda não é o ideal”, disse um interlocutor do governo. O número de votos favoráveis está em torno de 22 dos 37 deputados, de acordo com levantamento de integrantes do partido.

Quanto ao DEM, de Rodrigo Maia, e ao PSDB, o governo espera

garantir “coerência” das duas siglas. Após a eleição do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, defensor da reforma, para a presidência do PSDB, o deputado Beto Mansur (PRB-SP), um dos vice-líderes do governo na Câmara, afirmou que ficará surpreso se o partido não for no mesmo caminho que o candidato deles à Presidência da República. De acordo com levantamentos preliminares, entretanto, o governo pode contar com apenas 22 votos dos 46 deputados tucanos atualmente. Já no DEM, segundo Maia, pode ser possível conseguir até 25 dos 28 votos mesmo sem fechar questão, só “no convencimento”.

### Estratégias

De acordo com o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), vice-líder do governo na Câmara, além do convencimento, entra agora a “solução de problemas”. O governo ainda tenta apoio por meio da liberação de emendas parlamentares. Ontem, Temer convocou os ministros do Planejamento, Dyogo Oliveira; das Cidades, Alexandre Baldy; da Integração, Helder Barbalho; o secretário executivo do Ministério da Saúde, Antônio Nardi;

e o subsecretário de Planejamento e Orçamento da Saúde, Arionaldo Rosendo, para cobrar a liberação de recursos já negociados. “Várias emendas empenhadas ainda estão em ritmo lento. O presidente cobrou maior celeridade nessas liberações”, afirmou o interlocutor.

O governo também aposta boa parte das fichas no “efeito manada”. “É bem possível que, se um votar a favor, puxe o voto de outros”, disse uma fonte do Executivo. “O placar esconde muito o jogo. Tem mais de 100 deputados que não declararam o voto ainda e podem ser a favor, mas estão esperando os outros se posicionarem para não precisarem se expor”, explica o cientista político e consultor da Arko Advice, Murillo Aragão. “Se chegar a 290 ou 300 votos, vem mais gente”, acredita. Para ele, votar na semana que vem é “difícil, mas não impossível”. “Não existe esperança de conclusão da votação na Câmara este ano, mas pode iniciar”, disse. Há a possibilidade de que se vote apenas o texto-base em dezembro e os destaques fiquem para 2018.

(Colaborou Denise Rothenburg)

## CONJUNTURA »

### AGU deve detalhar acordo

*Bancos e poupadores prejudicados pelos planos econômicos das décadas de 1980 e 1990 assinam acordo que será levado ao Supremo Tribunal Federal para homologação. Texto estava para ser aprovado pelas partes desde a semana passada*

» HAMILTON FERRARI  
ESPECIAL PARA O CORREIO

O acordo que beneficia poupadores prejudicados com os planos econômicos das décadas de 1980 e 1990 foi fechado e deve ser anunciado hoje pela Advocacia-Geral da União (AGU). A expectativa é de que a ministra do órgão, Grace Mendonça, dê detalhes sobre o que foi firmado à tarde. As condições de ressarcimento aos consumidores foram acertadas há duas semanas, mas ficaram pendentes questões como quem seria beneficiado e qual o cronograma para devolução.

Uma fonte que acompanhou de perto as negociações falou ao Correio que tudo foi acertado entre a Federação Nacional dos Bancos (Febraban) e a Federação Brasileira dos Poupadores (Febrapo). A AGU não confirmou as informações. O desfecho da negociação tinha sido marcado, primeiramente, para o início da semana passada, mas acabou se estendendo para sexta-

feira, 8, e, novamente, o prazo para colocar um ponto final das discussões foi ultrapassado.

Depois do anúncio, o acordo será levado ao Supremo Tribunal Federal (STF), que precisa homologar o texto. A AGU pretende encaminhar o documento o mais rápido possível para a Corte, a fim de que seja aprovado ainda este ano, para que os pagamentos comecem no primeiro semestre de 2018.

Há cerca de 1 milhão de ações judiciais, pedindo ressarcimento, tramitando no Judiciário. No período, ocorreram quatro planos econômicos: Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991). As perdas são relacionadas à rentabilidade da poupança e, principalmente, ao bloqueio de quantias superiores a 50 mil cruzados-novos em 1990.

Um ponto que, segundo uma fonte, pode ter causado a demora na assinatura é o que estabelece cronograma de até dois anos de pagamento e prioridade para que pessoas mais velhas ou que tinham valores baixos na poupança naquela época recebam primeiro. A possibilidade de parcelamento dos valores pelos bancos em prestações mensais ou semestrais também deve ter gerado discussão.

Uma questão, entretanto, que estava pacificada entre as partes,

quando documento foi levado para a discussão nas bases, é a que exclui da devolução o poupador que não entrou na Justiça, pedindo o ressarcimento. Como o caso prescreveu há, pelo menos, 10 anos, dificilmente esse aplicador conseguirá entrar com uma ação para reaver a perda.

#### Dinheiro no bolso

O acordo beneficiará, a princípio, apenas as ações ligadas ao Febrapo e ao Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), que também participa das negociações. Mas a expectativa é de que o acordo seja ampliado e atenda às pessoas que entraram com processos individuais. O Executivo comemora a proximidade do desfecho, que deve injetar recursos na economia. O próprio presidente Michel Temer estima que serão devolvidos R\$ 12 bilhões.

No Supremo, há seis ações em andamento sobre o assunto. A última foi protocolada em 2010, mas existe caso que ingressou no tribunal em 2005. A demora para o julgamento ocorreu porque alguns ministros se consideraram impedidos de participar, que ocorre quando o magistrado pode ser beneficiado com a decisão. No caso, alguns deles tinham parentes que receberiam devolução dos bancos.

## Ferramenta para evitar desperdício

O custo das despesas administrativas da máquina pública atingiram quase R\$ 20 bilhões em 2017 e, apesar de ser menor do que os R\$ 33 bilhões registrados em 2016, o governo federal pretende reduzir o montante e os desperdícios. O Ministério do Planejamento vai mudar a maneira como os órgãos compram material de apoio, como papel, cartuchos e outros produtos de informática. O objetivo é que não haja sobra nos estoques de mercadorias administrativas nos órgãos, o que pode gerar uma economia de mais de R\$ 70 milhões aos cofres públicos — 20% do que é gasto, em média, atualmente.

A alteração na forma de licitação dos produtos — as compras não poderão superar as necessidades — ocorrerá em 2018. O anúncio foi feito pelo ministro da pasta, Dyogo Oliveira, depois do lançamento de uma nova plataforma digital que facilita o acesso à informações de despesas administrativas. Por meio da ferramenta, é possível verificar desperdícios com contas de luz, viagens, combustíveis, telefone, água, impressão em papel e outros.

O Painel de Custeio ([www.paineldecusteio.planejamento.gov.br](http://www.paineldecusteio.planejamento.gov.br)) pode ser usado por qualquer pessoa

sem a necessidade de cadastro ou senha. Ele compara os tipos de despesas administrativas em anos, meses e em órgãos diferentes. Segundo o ministro do Planejamento, a ferramenta serve tanto para o contribuinte que quer fiscalizar a máquina pública, quanto para gestores do próprio setor público, que podem tomar decisões de autocontrole fiscal. “O custo do funcionamento da máquina é sempre muito criticado, mas as pessoas não tinham os números. Agora, haverá inclusive a possibilidade de comparar as variáveis dessas informações entre os órgãos”, disse Oliveira.

As informações são atualizadas mensalmente no portal. O contribuinte que percebeu discrepância nos gastos pode comunicar ao Planejamento via e-mail, que, segundo Dyogo, a pasta realizará um estudo e tomará as medidas necessárias. O chefe da pasta reforçou ainda que é preciso ter transparência nos gastos para que o setor público se modernize e tenha maior credibilidade. “(A transparência) é um exercício que nós acreditamos que seja o mais salutar em termos de dar ao cidadão a informação do que realmente está sendo feito com os recursos dos seus tributos”, apontou.

## Toalha na mão

VICENTE NUNES

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, garante que o governo ainda não jogou a toalha em relação à votação da reforma da Previdência na próxima semana, a última de funcionamento do Congresso no ano. Mas todos no entorno do presidente Michel Temer admitem que as chances de vitória estão cada vez menores. Para que o Palácio do Planalto consiga aglutinar os 308 votos necessários às mudanças no regime previdenciário, será importante uma virada avassaladora na disposição dos deputados em dar aval à reforma. Não há o menor sinal nesse sentido.

É verdade que o governo conseguiu encontrar o discurso certo para convencer o Legislativo sobre a importância da reforma. Ao ressaltar que o objeto principal é acabar com os privilégios dos que ganham muito e se aposentam cedo, como os servidores públicos, o Planalto quebrou muitas resistências. O problema foi que essa reação veio tarde demais, às vésperas de o Congresso fechar as portas para o recesso de fim de ano. Vimos, ao longo do tempo, um governo acuado por denúncias e com um discurso

temeroso na hora de enfrentar a oposição que havia se consolidado contra a reforma.

Quem acompanha o dia a dia do Congresso percebe, claramente, a falta de consenso e, sobretudo, de mobilização entre os parlamentares. Para aliados do governo, se a equipe econômica não tivesse criado tanta dificuldade para enxugar o projeto de reforma e fizesse esclarecimentos mais contundentes das propostas, certamente os votos decisivos às mudanças no sistema de aposentarias já estariam nas mãos de Temer. Agora, reconhece um integrante do Planalto, é insistir até o final. E preparar o discurso de que, se a votação não ocorrer neste ano, ainda dá tempo de fazer a reforma em 2018.

### Mão de via única

Pelos corredores do Planalto, as maiores queixas são contra o PP e o PSD, que levaram tudo o que pediram e ainda não fecharam questão em torno da reforma da Previdência. Com a promessa de apoio, o PP levou recentemente o comando do Ministério das Cidades. O deputado Alexandre Baldy foi tirado do ostracismo para comandar

uma pasta poderosa, que toca obras com grande visibilidade. Contudo, parte dos 46 deputados do partido se mostra relutante a dar os votos que Temer tanto precisa. No PSD, dos ministros Henrique Meirelles (Fazenda) e Gilberto Kassab (Comunicações), na melhor das hipóteses, 22 dos 37 parlamentares dizem sim à reforma.

“Cá para nós, o governo deveria pegar mais pesado com os partidos da base, em especial com aqueles que têm ministros. É inadmissível que eles não tenham ascendência sobre seus partidos”, afirma um auxiliar do presidente. Para ele, na altura em que as negociações estão, não há como o Planalto endurecer o discurso. “Agora, só nos resta amaciar os egos e conseguir o compromisso de votação da reforma. Esse é o nosso objetivo principal neste momento. Se vamos conseguir, não sei”, acrescenta. O assessor de Temer afirma ainda que o próximo fim de semana será decisivo. O governo terá em mãos levantamento com dados suficientes para definir se leva ou não a votação ao plenário da Câmara.

### Tensão nas alturas

As dificuldades de Temer para





conseguir apoio à reforma elevaram o nível de tensão entre os investidores, principalmente porque muitos contam com a inflação baixa e os juros nos menores níveis da história para que a retomada da atividade não se transforme em frustração. A curto prazo, reconhecem que esse risco não existe, mas, certamente, sem as mudanças no regime de aposentadorias, mais à frente, o Banco Central terá que elevar a taxa básica (Selic) para evitar que a inflação se desloque das metas. Muitos se questionam qual será a velocidade dessa alta e até aonde irão os juros.

Não por acaso, os investidores vão ler com lupa a ata do Comitê de Política Monetária (Copom), que será divulgada nesta terça-feira. Querem ter a certeza de que o BC ratificará o comunicado divulgado na

semana passada, depois da reunião na qual a Selic baixou para 7% ao ano. No documento, o BC deixou aberta a possibilidade de dar pelo menos mais um corte na taxa básica, de 0,25 ponto percentual, mesmo que a reforma não seja aprovada. Parte do mercado fala em queda adicional de 0,25 ponto em março, com os juros ficando em 6,50% por algum período.

Na avaliação de Rafael Cardoso, economista da Daycoval Investimentos, do ponto de vista inflacionário, não há com o que se preocupar. Qualquer que seja o indicador analisado, tudo aponta para resultados bem abaixo de 4,5% no ano que vem. Sendo assim, ele acredita que os juros poderão, sim, chegar aos 6,50% em março próximo. “No balanço de riscos, a situação pesa para o lado benigno. E não se pode esquecer que o

próprio BC destacou, em seus documentos, que, a curto prazo, a reforma da Previdência tem efeito neutro sobre suas decisões de política monetária”, frisa.

### **Milhões dos servidores**

» Gente graúda do governo mandou fazer levantamentos para saber quanto os sindicatos dos servidores estão gastando nas campanhas em que atacam a reforma da Previdência. Fala-se em milhões de reais.

### **Campanha ativa**

» Pelo que já levantou o governo, de cada 10 peças publicitárias contra as propostas de mudanças no regime de aposentadorias, oito têm por trás sindicatos que representam o funcionalismo público.